

Assembleia de Freguesia Cidade da Maia

Moção

Tal como ocorre em todo o país, também na **Freguesia de Cidade da Maia**, as populações sofrem as consequências do desastre económico e social, promovido pelos anteriores governos, que foi a privatização dos CTT. Convém lembrar que o desmantelamento dos CTT teve como momento principal uma resolução do Conselho de Ministros do governo PSD e CDS-PP em Julho de 2013.

Durante décadas, os CTT, para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram com maior ou menor eficiência, obrigações de serviço universal como **“a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”**.

O resto da história é a habitual nas privatizações das empresas públicas: hoje, bancos e fundos de investimento estrangeiros têm a maioria do capital social da empresa - 75 milhões de euros. Com os novos donos, os CTT estão a vender os principais edifícios que eram propriedade do Estado. Só na venda da sede nacional encaixaram 25 milhões de euros. E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, os CTT passaram a ser patrocinadores de filmes como “O Pátio das Cantigas” ou torneios de futebol. E as estações dos CTT foram transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar, camisolas de clubes e outras quinquilharias e, também, crédito à habitação!

Após terem forçado a saída de mais de 3.000 trabalhadores, os novos donos dos CTT empurram agora cada vez mais para entidades públicas, como as juntas de freguesia, ou para talhos, mercearias e tabacarias, a actividade postal de recepção e distribuição de cartas e encomendas.

A privatização dos CTT está a ser um desastre social e económico para as cidadãs e cidadãos deste país. E também muitas empresas se ressentem dos atrasos na entrega da correspondência.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia Cidade da Maia, reunida na 2ª Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2017, delibera:

- 1- Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, privatizada em 2013**
- 2- Reclamar dos órgãos do poder executivo e legislativo a reflexão sobre o incumprimento pela empresa CTT das suas obrigações de serviço universal e sobre a adoção de medidas, nelas se podendo incluir a reversão da privatização, que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais**

O representante do BE

José Pedro Fernandes

(enviar à Presidência da República, Governo e Assembleia da República)